



Câmara Municipal de Camborá

Estado do Paraná

Avenida Brasil n.º 1204 - Cx. Postal, 322 - Fone/Fax: (043) 732-1756 - CEP 86390-000

O Vereador Cilso Rosa de Oliveira (PSL), infra-assinado, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Câmara a seguinte proposição:

ÀS COMISSÕES

PROJETO DE LEI Nº 06/99

Em 28 / 10 / 1999


Presidente

“Autoriza a Prefeitura à promover convênios com empresas especializadas, para prestação de serviços de constatação da existência química de dependência toxicológica em pessoas carentes.”

Art. 1º - A Prefeitura fica autorizada a promover convênio, com empresas especializadas, para prestação de serviços de constatação da existência de dependência toxicológica em pessoas carentes.

Parágrafo Único - Os serviços em referencia serão prestados gratuitamente aos interessados

Art. 2º - Os exames necessários somente serão requisitados pelos médicos credenciados dos Postos de saúde Municipal e por autoridades devidamente envolvidas com o setor.

Art. 3º - A Prefeitura regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da verba própria do Orçamento Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1999.



Cilso Rosa de Oliveira
Vereador



Câmara Municipal de Camborá

Estado do Paraná

Avenida Brasil n.º 1204 - Cx. Postal, 322 - Fone/Fax: (043) 732-1756 - CEP 86390-000

JUSTIFICATIVA

A nossa proposição tem como escopo principal, permitir a todos os pais carentes poderem contar com a auxílio oficial da Prefeitura na realização de exames especializados necessários a constatação ou não da existência de dependência toxicológica em qualquer de seus filhos.

Evidenciada a dependência em referência, os pais terão a feliz oportunidade de darem uma atenção especial ao filho e providenciar, de imediato, um tratamento adequado e conveniente ao mesmo.

Essa providência evitaria situações constrangedoras e desastrosas para essa pessoas, vítimas quase sempre da influencia nefasta de marginais, contra a vontade dos pais e delas próprias.

Assegurar-se-ia uma assistência preventiva no sentido de não se admitir a deterioração da saúde das mesmas, além de impedir-se a sua natural inclinação para a violência de todas as naturezas a integração normal delas no convívio social, para uso adequado e conveniente da sua verdadeira cidadania.

A saúde das pessoas é um dos princípios básicos na nossa Constituição (art. 23, item II) e reproduzida, de consequência, na Constituição do Estado do Paraná (Art. 12, item II).

Trata-se, portanto, de matéria de evidente e elevado interesse público.

Destaque-se que só as pessoas carentes teriam abrigo de tão necessária providência e que ela ofereceria, ainda mais segurança à desprotegida população camborãense, além de também, não deslustrar a sua boa imagem no cenário local, estadual, nacional e internacional.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1999.

Cilso Rosa de Oliveira.
Vereador



Câmara Municipal de Camborá

Estado do Paraná

Avenida Brasil n.º 1204 - Cx. Postal, 322 - Fone/Fax: (043) 732-1756 - CEP 86390-000

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

MATÉRIA: Projeto de Lei nº 06/99

AUTOR: Cilso Rosa de Oliveira

SÚMULA: Autoriza a Prefeitura a promover convênio com empresas especializadas para prestação de serviço de constatação de existência química e de dependência toxicológica em pessoas carentes.

PARECER EM SEPARADO

Após analisado o Projeto, verificamos que se encontra na mais absoluta legalidade.

Sendo assim, sou de Parecer que se APROVE o referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1999.

João Mattar Olivato
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

PROPOSIÇÃO

doc: 121/96

A/C
Arquivamento Legimental.

27/03/1996

IRIS SIMÕES
PRESIDENTE

O VEREADOR ANTONIO BORGES DOS REIS (PSDB), infra-assinado no uso de suas atribuições submete à apreciação da Câmara a seguinte proposição

PROJETO DE LEI

"Autoriza a Prefeitura à promover convênios, com empresas especializadas, para prestação de serviços de constatação da existência química de dependência toxicológica em pessoas carentes."

Art. 1º - A Prefeitura fica autorizada a promover convênios, com empresas especializadas, para prestação de serviços de constatação da existência de dependência toxicológica em pessoas carentes.

§ Único - Os serviços em referencia serão prestados gratuitamente aos interessados.

Art. 2º - Os exames necessários somente serão requisitados pelos médicos credenciados dos Postos de saúde Municipal e por autoridades devidamente envolvidas com o setor.

Art. 3º - A Prefeitura regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da verba própria do Orçamento Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Rio Branco, 25 de março de 1996.

ANTONIO BORGES DOS REIS
Vereador - PSDB

A/C Sr. Marco Aurélio

De: Lúcia Julian
Câmara Municipal de Curitiba





CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

PROPOSIÇÃO

121/96

O VEREADOR ANTONIO BORGES DOS REIS (PSDB), infra-assinado
no uso de suas atribuições submete à apreciação da Câmara a seguinte proposição

JUSTIFICATIVA

A nossa proposição tem como escopo principal permitir a todos os pais carentes poderem contar com a auxílio oficial da Prefeitura na realização de exames especializados necessários a constatação ou não da existência de dependência toxicológica em qualquer de seus filhos.

Evidenciada a dependência em referência, os pais terão a feliz oportunidade de darem uma atenção especial ao filho e providenciar, de imediato, um tratamento adequado e conveniente ao mesmo.

Essa providência evitaria situações constrangedoras e desastrosas para essas pessoas, vítimas quase sempre da influencia nefasta de marginais, contra a vontade dos pais e delas próprias.

Assegurar-se-ia uma assistência preventiva positiva no sentido de não se admitir a deterioração da saúde das mesmas, além de impedir-se a sua natural inclinação para a violência de todas as naturezas e, ainda, desastrosamente, para a marginalidade mais odienta.

É imprescindível a integração normal delas no convívio social, para uso adequado e conveniente da sua verdadeira cidadania.

A saúde das pessoas é um dos princípios básicos da nossa Constituição (art. 23, item II) e reproduzida, de consequência, na Constituição do Estado do Paraná (art. 12, item II) e Lei Orgânica do Município de Curitiba (art. 13, item II).

Trata-se, portanto, de matéria de evidente e elevado interesse público.

Destaque-se que só as pessoas carentes teriam abrigo de tão necessária providência e que ela ofereceria, ainda, maior segurança à desprotegida população curitibana, além de, também, não deslustrar a sua boa imagem no cenário local, estadual, nacional e internacional.

Palácio do Rio Branco, 25 de março de 1996.

ANTONIO BORGES DOS REIS
Vereador - PSDB



Câmara Municipal de Curitiba

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃOANTE PROJETO DE LEI Nº 74/96PROCESSO Nº 98/96

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____

ASSUNTO: Autoriza a Prefeitura a promover convênios, com empresas especializadas, para prestação de serviços de constatação da existência química de dependência toxicológica em pessoas carentes.

INICIATIVA Vereador Antonio Borges dos ReisPARECER Nº 183/96

O projeto nº 74/96, de autoria do Vereador Antonio Borges dos Reis, pretende autorizar a Prefeitura a promover convênios, com empresas especializadas, para prestação de serviços de constatação da existência química de dependência toxicológica em pessoas carentes.

O Executivo Municipal não necessita de autorização legislativa para firmar convênios, tendo em vista o disposto no artigo 72, XIII, da Lei Orgânica:

"Art. 72. Ao Prefeito compete:

XIII. Celebrar convênios com entidades públicas ou privadas, na forma desta Lei."

Uma vez firmado o convênio a Câmara Municipal deverá pronunciar-se a respeito, cumprindo o que está previsto no artigo 20, XVII, da Lei Orgânica:

"Art. 20. Compete privativamente à Câmara Municipal:

XVII. Referendar convênios e consórcios com entidades de direito público ou privado, firmados pelo Executivo no interesse público, que deverão ser encaminhados à Câmara Municipal no prazo máximo de dez dias."

Face o exposto, opinamos pelo arquivamento deste projeto de lei.

Outrossim, poderá o autor da matéria propor ao Executivo, através de sugestão ou requerimento, a celebração do convênio.

É o Parecer!

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1996.

Vereador Gerardo Yamada
RELATOR



Câmara Municipal de Cambará

Estado do Paraná

Avenida Brasil n.º 1204 - Cx. Postal, 322 - Fone/Fax: (0**43) 532-1756 - CEP 86390-000

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

REQUERIMENTO Nº 55/2000

REQUEIRO a V. Exa., de acordo com dispositivos regimentais a **RETIRADA** do Projeto de Lei nº 06/99, de 15 de outubro de 1999, apresentado por este Vereador.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento, prende-se ao fato de que o Projeto em questão conflita com artigos da Constituição Federal, bem como da Lei Orgânica do Município.

Razão pelo qual, faço o presente Requerimento.

N. Termos

P. Deferimento

Sala das Sessões em 14 de abril de 2000.

Cilso Rosa de Oliveira
Vereador